



PAULO DO CARMO MARTINS

DOIS DESTINOS

Nos meados dos anos oitenta, os destinos da Argentina e do Brasil se cruzaram. Naquele momento da história, os presidentes Raul Alfonsín e José Sarney viveram forte turbulência econômica em seus países, com crescimento pífio da economia e taxas de inflação explosivas.

O Governo Sarney testou as propostas mirabolantes que o populismo sugeria para resolver a crise: calote da dívida externa, congelamento e tabelamento de preços, interferência no comportamento dos mercados. O resultado foi positivo, já que a nação brasileira aprendeu que nada disso funciona. Economia é ciência, e os resultados não surgem por mágica nem por discurso inflamado.

Sabedoria é aprender com os erros. Portanto, somos um povo sábio, pois soubemos aprender com os erros que cometemos nessa época. Em todas as eleições presidenciais, desde 1990, elegemos quem fez o discurso contra a inflação. Collor disse que ia acabar com ela com um tiro; FHC cristalizou a ideia de que o real forte e a queda da inflação dependeriam dele na presidência.

Lula, por sua vez, disse que daria continuidade ao controle da inflação e ainda faria políticas sociais e, aí sim, dois mandatos lhe foram dados pelo povo. Já na última eleição, ninguém duvidava de que os economistas Dilma e Serra iriam manter o controle da inflação e, por isso, a campanha eleitoral foi pouco empolgante. O discurso populista nem se apresentou, desta vez.

Já a Argentina escolheu seguir outro caminho. O que você faria se a empresa de que é dono ou na qual trabalha fosse confiscada? Você concorda que seu salário seja reajustado por índices de inflação manipulados? Como você reagiria se levasse um calote de uma dívida? Pois, tudo isso acontece na terra de "los hermanos".

O então presidente argentino, Nestor Kirchner, de repente comunicou ao mundo que não iria mais pagar a dívida externa. Já a sua sucessora, a esposa Cristina Kirchner, tabelou o preço e criou imposto sobre os produtos exportáveis, para combater a inflação. Além disso, reestatizou empresas, como a combalida Aerolíneas Argentinas. Já no mês passado, a audácia chegou à reestatização da empresa petroleira YPF.

Os argentinos entendem como ato de soberania não pagar a dívida externa. Tabelar preços é visto como justiça social. Forçar perdas aos produtores rurais é sinônimo de tirar dos ricos para dar aos pobres. E nacionalizar uma empresa multinacional? Ah, isso é o "suprassumo" da defesa dos interesses do povo sofrido. Quanta bobagem...

O governo argentino coloca em risco o respeito ao direito de propriedade, o que desestimula investimentos estrangeiros e torna instável o ambiente de negócios. Mas a Argentina precisa de investimentos externos, pois sem eles é impossível gerar riqueza contínua para a sua população.

O resultado é que aquele país ocupa o desprezível quinto lugar na América do Sul em recebimento de investimentos externos, depois do Peru, Colômbia, Chile e Brasil. Somos o país do mundo que mais investe lá. Em 2011, foram US\$ 5,3 bilhões. Parece muito, mas este valor, os brasileiros torraram no exterior com viagens, somente entre janeiro e março deste ano.

Por outro lado, desestimulados e empobrecendo, os produtores rurais não investem mais em aumento de produtividade. As exportações agrícolas caíram, sem que houvesse melhoria nos preços, que não param de crescer. Aí, entra a maquiagem nos índices econômicos, o que faz a revista *The Economist* colocar em suspeita qualquer estatística gerada pelo governo daquele país.

Reputação vale ouro, e a Argentina vem destruindo a sua. O discurso fácil do nacionalismo, que tanto encanta multidões, faz a Argentina hoje

jogar fora o futuro e colher no presente o aumento da pobreza de sua população.

As trajetórias distintas das sociedades argentina e brasileira impactaram de modo diferente suas respectivas cadeias do leite. Nos anos oitenta, quando

foi proposta a integração econômica por meio do Mercosul, os argentinos se prepararam para serem exportadores de leite e fizeram um planejamento estratégico do setor para atingir este fim. Coube ao INTA, o órgão federal de lá equivalente à nossa Embrapa, cuidar para que os produtores aprendessem a usar as tecnologias adequadas e colocar técnicos para acompanhar grupos de produtores.

Os objetivos eram o repasse de conhecimento e o estímulo à organização social dos produtores. Conheci esta experiência quando era Secretário de Agropecuária e Abastecimento de Juiz de Fora-MG. Da Argentina, copiei esta experiência adaptando para a nossa realidade e lancei o Pró-Leite, um programa que na época ganhou prêmio das Fundações Ford e Getúlio Vargas, e hoje está extinto.

Com a criação do Mercosul, a Argentina resolveu concentrar suas exportações no mercado brasileiro, já que havia um novo ambiente de negócios favorável, havia proximidade geográfica e o seu custo de produção era inferior ao nosso, o que tornava o produto argentino bastante competitivo. Para o leite argentino, o Mercosul foi perfeito, unindo um país capaz de gerar excedentes crescentes ao Brasil, na época, um dos maiores importadores mundiais.

Todavia, neste milênio, o cenário mudou. O Brasil criou restrições à importação de leite e a produção interna passou a crescer a uma taxa veloz, média de 4,5% ao ano. Rapidamente, atingimos a autossuficiência. Em vista disso, a Argentina buscou novos mercados e reduziu a dependência que tinha das exportações para o Brasil.

No entanto, na última década, ocorreram secas e enchentes na Argentina, que prejudicaram muito a produção de leite. Mas isso é estrago pequeno, se for

comparado à atuação do Governo. Os organismos de pesquisa e fomento à produção argentina ficaram frágeis e deixaram de ser alavanca importante para a produção. O calote da dívida restringiu mercados em termos de comércio internacional e de captação de recursos para modernizações produtivas.

Além disso, o governo perdeu o controle das contas públicas, e isso fez voltar a inflação, que inibe o investimento. Para completar, o governo adotou todo o tipo de intervenção nefasta, como tabelamento e impostos novos, levando o produtor ao ambiente de desestímulo em que hoje se encontra.

O destino do Brasil foi outro. O governo controlou a inflação, criou linhas de crédito a juros subsidiados para boa parte dos produtores, estabeleceu políticas de transferência de renda para a população pobre e expandiu programas governamentais de aquisição de alimentos, o que fez explodir o consumo de lácteos. Fortaleceu o sistema de pesquisa, aumentando os recursos de pessoal e também financeiros.

Portanto, numa comparação entre os dois países, no Brasil o governo adota políticas que estimulam a atividade mais do que pune. Na Argentina, o governo age em sentido contrário. O resultado, não podia ser diferente. No Brasil, vivemos, há alguns meses, um período de bons ventos, enquanto, na Argentina, falar sobre o futuro não é conversa animadora. Dois destinos diferentes, escolhidos por duas sociedades distintas. Uma aprende com o erro. A outra insiste nele. ■

Paulo do Carmo Martins é doutor em Economia Aplicada pela Esalq-Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz-USP, pesquisador da Embrapa Gado de Leite e professor da Universidade Federal de Juiz de Fora-MG.

ENTREVISTA
BILL MONTGOMERIE
e o leite da Nova Zelândia

BALDO BRANCO

Apoio técnico e organização valorizam o leite em SP



AVEIA

É tempo de plantar para alimentar o rebanho leiteiro no inverno. O êxito no cultivo depende do manejo da planta, da variedade e do controle de pragas. Confira os procedimentos para feno ou pastejo

Bezerras e os novos conceitos de manejo

Ultrassom garante melhor reprodução

Secagem de vacas: como e quando fazer